

POR UM REGIME DEMOCRÁTICO DE GESTÃO DAS ESCOLAS!



O regime de administração escolar em vigor representa um retrocesso no funcionamento democrático das escolas. Retrocesso consubstanciado, entre outros aspetos, na concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, no abandono de práticas democráticas colegiais, no quase desaparecimento de processos eleitorais e na limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa.

Em 2017, no âmbito da campanha “**Mais democracia para as escolas**”, a FENPROF realizou uma Semana de Consulta aos Professores, que contou com a participação de quase 25.000 docentes. As respostas ao inquérito não deixam dúvidas quanto à defesa da elegibilidade dos órgãos, da colegialidade do seu funcionamento e da participação da comunidade escolar na tomada de decisões estratégicas, mostrando uma grande convergência entre as posições dos professores e as propostas da FENPROF.

Sendo 2019 o último ano desta legislatura, urge corrigir este caminho, estabelecendo uma matriz que consagre, nomeadamente:

- o direito de as escolas poderem ter um órgão de gestão colegial;
- um processo de eleição direta do órgão de gestão por um colégio eleitoral constituído por todos os docentes, todos os trabalhadores não docentes, representantes dos pais e, no caso do ensino secundário, representantes dos alunos;
- o reforço das competências e da autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico;
- a livre eleição direta dos coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias;
- a redefinição das competências e composição do órgão de direção estratégica da escola/agrupamento, atualmente atribuídas ao Conselho Geral.



ASSINA A PETIÇÃO!
(em papel ou em www.fenprof.pt)

POR UM REGIME DEMOCRÁTICO DE GESTÃO DAS ESCOLAS!



FENPROF



NORTE



REGIÃO CENTRAL



SPGL



SPZS



MADEIRA



REGIÃO ALGARVE



SPE

Mais de dez anos passados sobre a publicação do **DL 75/2008**, é tempo de rever um ordenamento jurídico que tem levado à deterioração do clima de trabalho em muitos estabelecimentos de ensino, contribuindo para a desmotivação e para o desgaste pessoal e profissional dos docentes e agravando as condições de trabalho na Escola Pública.

ASSINA A PETIÇÃO!
(em papel ou em www.fenprof.pt)

RAZÕES ACRESCIDAS PARA A REVISÃO DO REGIME DE GESTÃO

1. Combater a municipalização, evitando que o processo de transferência de competências para os municípios venha a limitar ainda mais a autonomia das escolas, sujeitando-as a uma dupla tutela

A transferência para as autarquias de um conjunto alargado de competências na área da educação foi sempre fortemente criticada pela FENPROF e claramente rejeitada pelos professores e outros atores educativos. Recentemente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) pronunciou-se sobre esse processo, defendendo que a maioria das transferências previstas devem ser prioritariamente atribuídas às escolas, porque “a transferência de competências para os municípios não se pode traduzir numa relação hierárquica destes sobre os órgãos de gestão das escolas”.

2. Respeitar a Constituição da República (CRP) e a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)

Desde o 25 de Abril até 2008, a elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direção e gestão (de topo e intermédia) foram marcas distintivas da administração das escolas em Portugal, constituindo o princípio da eleição dos órgãos um dos fundamentos da gestão democrática, consagrada na CRP. Em conformidade com esse princípio, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as escolas continuam a ter Conselhos Executivos escolhidos por colégios eleitorais alargados, coordenadores de departamento eleitos pelos seus pares e um Conselho Pedagógico com competências próprias e funcionamento autónomo, respeitando o princípio do primado do pedagógico e científico sobre o administrativo, consagrado na LBSE.

3. Assegurar coerência nas políticas educativas

As reformas educativas e pedagógicas tão propaladas por este governo e consubstanciadas no novo perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória ou na autonomia e flexibilidade curricular, com a introdução da área curricular de cidadania e desenvolvimento, entre outros, são incompatíveis com o atual regime tecnocrático de gestão. O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. Não há outra forma de educar para a democracia que não pela democracia, praticando-a. A democratização do governo das escolas é essencial para a promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

4. Cumprir compromissos assumidos na Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente, organizada pela Internacional da Educação e pela OCDE, em março de 2018s

Um dos três compromissos escritos, assumidos pelo Ministério da Educação, a concretizar até março de 2019, é “valorizar a autonomia das escolas e dos professores (...) reforçando a participação dos professores nos processos de decisão a nível da escola”. Ora, um regime burocrático, como o atual, altamente hierarquizado, centralizador e autoritário, não consegue conviver com as margens de autonomia, trabalho cooperativo, reforço de solidariedades e complementaridades que supostamente se preconizam.

5. Atender aos resultados de investigação realizada na área do bem-estar docente

Até a OCDE, no relatório produzido para a referida Cimeira, afirma que “os professores estão em posição privilegiada para auxiliar na tomada de decisões no nível da escola, pois estão mais próximos de alunos e pais, mais familiarizados com a implementação do currículo e mais capazes de discutir avaliações e resultados de alunos do que seus diretores de escola. Assim, não apenas é desejável que os diretores das escolas devolvam aos professores parte da responsabilidade pelas decisões ao nível de escola, mas também que os decisores políticos considerem fornecer orientação sobre liderança distribuída e tomada de decisão distribuída no nível do sistema”. Esta conclusão vem ao encontro do que a FENPROF sempre defendeu sobre autonomia e profissionalidade docente, mas também sobre uma gestão escolar mais participativa e democrática.

O modelo de gestão das escolas é uma das causas dos índices elevados de exaustão emocional – conclui o Estudo sobre Desgaste da Profissão Docente (FENPROF/FCSH-UNL)

“É aqui que é preciso intervir: na orgânica e governança da escola, nas condições de trabalho (...). O êxito dos alunos depende da qualidade da escola; e esta, do bem-estar e sentimento de realização de quem aí trabalha. Uma responsabilidade do Estado”. – Raquel Varela, Investigadora (FCSH/UNL)

**POR UM REGIME
DEMOCRÁTICO
DE GESTÃO
DAS ESCOLAS!**

